

Governo teme 'exageros' na remarcação

89 *Preocupação com o ritmo da recuperação de vendas explica cautela do Copom*

SHEILA D'AMORIM

BRASÍLIA – Depois da rodada preventiva de remarcações de preços no fim de 2002 e da persistência dos reajustes no início deste ano, que afastou o consumidor das lojas, o governo acredita que, agora, o empresariado pode tentar recompor suas margens de lucro se as vendas de fato reagirem. De olho na estratégia do setor produtivo, a preocupação da área econômica passou a ser o ritmo de recuperação dos negócios. Por isso, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) optou por uma queda mais gradual nos juros. O governo quer dosar muito bem o otimismo nesse momento e evitar “exageros”.

A avaliação de uma fonte graduada da equipe econômica é que uma retomada nas vendas de forma acelerada poderia deixar o empresariado confortável para mais uma rodada de aumentos, como forma de recuperar a inflação passada. “A inércia inflacionária perdeu fôlego, mas uma rápida expansão de vendas pode voltar a pressionar os preços. É preciso ter cautela e controlar o otimismo.”

Ainda há segmentos que devem pressionar os índices, principalmente por causa do período de entressafra e dos reajustes das tarifas de telefonia e de algumas distribuidoras de energia.

“Isso recomenda cautela. O momento é muito delicado”, avalia uma fonte do Ministério da Fazenda. “Estamos no ponto de inversão, mas isso não pode ser feito desordenadamente, sob pena de se perder o controle.”

Além de situações isoladas em alguns segmentos, ele destaca que a estrutura da economia brasileira, com grande peso de oligopólios, também requer muita atenção. Vem daí a resistência a quedas mais acentuadas da inflação ao consumidor. O próprio Copom destaca que grupos importantes da cesta de consumo das famílias, como bebidas, artigos de limpeza e de higiene pessoal, registraram, nos últimos meses, forte elevação de preços, ainda que numa trajetória de queda.

Recado – Não é à toa que o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tem insistido que “os agentes econômicos devem tomar como base a inflação futura, e não a passada”. O recado que o Copom tentou passar para o mercado com a redução de apenas meio ponto porcentual foi o de que quedas mais acentuadas na taxa de juros daqui para frente vão depender do comportamento desses agentes. Para quem não percebeu isso no primeiro momento, o ministro da Fazenda se encarregou de deixar claro nos discursos que fez em Assunção, no Paraguai, tão logo foi anunciada a decisão do Copom.

Na ata da reunião do comitê de maio, os técnicos do BC já destacavam que a inflação registrada até o momento tinha origem nos reajustes de preços e salários baseados na taxa de inflação acumulada nos últimos 12 meses, e não na projeção futura.

No caso dos salários, o governo sabe que nenhuma categoria profissional conseguiu negociar nos dissídios a inflação integral do período. Os reajustes ficaram bem abaixo disso. No entanto, ainda assim, houve um esforço do setor produtivo para recuperar as margens de lucros via reajustes de preços, o que, num cenário de contração na renda, provocou queda na demanda. Somente no primeiro trimestre do ano, as vendas no varejo caíram 6% em comparação a igual período do ano passado.

A persistência dos reajustes no início do segundo

trimestre vem se revertendo em junho. Os índices deste mês apontam deflação recorde. É o caso da segunda prévia do IGP-M divulgada esta semana, que registrou deflação de 0,66%, em comparação com a prévia de maio. Foi a maior deflação da história do índice criado em julho de 1989, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Outro índice, IGP-10, também calculado pela FGV a partir dos preços no atacado, apresentou deflação de 0,59% em junho, o menor valor desde setembro de 1993, quando foi criado.

**ÍNDICES
APONTAM
DEFLAÇÃO
RECORDE**